

# Iniciativas da presidência brasileira na Trilha de Sherpas do G20

---

Paulo Afonso Velasco Júnior

## Resumo

O G20 consolidou-se como um agrupamento plural para abordar os principais temas da agenda internacional, cabendo à chamada Trilha de Sherpas definir a agenda para as cúpulas do grupo. A atuação dos Sherpas envolve identificar áreas prioritárias, negociar focos temáticos e garantir que as perspectivas de todos os Estados-membros sejam consideradas, envolvendo-se em consultas extensivas com as partes interessadas nacionais e organizações internacionais para elaborar uma agenda equilibrada e relevante.

A presidência do Brasil G20 e sua atuação na Trilha de Sherpa focam nos temas priorizados pelo país em sua gestão: a inclusão social e a luta contra a desigualdade, a fome e a pobreza; o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e a defesa da reforma das instituições de governança global, que reflita a geopolítica do presente. Por meio de iniciativas como a Força Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Força Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, a liderança do Brasil vem buscando a articulação de respostas multilaterais eficazes para questões globais.

## Abstract

The G20 has established itself as a plural grouping to address the main issues on the international agenda, with the so-called Sherpa Track being responsible for defining the agenda for the group's summits. The Sherpas' role involves identifying priority areas, negotiating thematic focuses and ensuring that the perspectives of all member states are considered, engaging in extensive consultations with national stakeholders and international organizations to develop a balanced and relevant agenda.

Brazil's G20 presidency and its role in the Sherpa Track focus on Brazilian priorities during its term: social inclusion and the fight against inequality, hunger and poverty; tackling climate change and promoting sustainable development in its economic, social and environmental dimensions; and defending the reform of global governance institutions to better represent international reality. Through initiatives such as the Task Force for the Launch of a Global Alliance against Hunger and Poverty and the Task Force for Global Mobilization against Climate Change, Brazil's leadership has been seeking to articulate effective multilateral responses to global challenges.

## Introdução

O G20 foi formado em 1999, na esteira das crises sistêmicas dos anos 1990 (México, Ásia, Rússia) para debater as grandes questões financeiras internacionais, em um arranjo mais amplo e representativo que o velho G7/G8. Buscava-se, ainda, incentivar uma convergência dos grandes países “emergentes” com práticas compatíveis à internacionalização dos fluxos financeiros.

Vale notar a singularidade do grupo, que não corresponde a uma organização internacional, nem tampouco a uma comunidade de valores compartilhados. Trata-se, na verdade, de um clube informal que expressa uma ampla diversidade de modelos econômicos, regimes políticos e preferências sociais.

Em sua primeira década de funcionamento, entre 1999 e 2008, o G20 foi apenas um foro de discussões sem grande transcendência, notadamente pela realidade dos anos 2000 como um período marcado por cenário de exuberante crescimento na economia mundial. Nesse âmbito, não só o G20 ficava em segundo plano, como o G7/8 acabou por focar mais em temas políticos e mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) perdeu em parte sua relevância, com pouca atuação em sua responsabilidade de socorro a países em crise.

Em 2008, no entanto, a eclosão de crise financeira nos Estados Unidos, tendo como marco a falência do banco Lehmann Brothers, impactou severamente a economia global, notadamente as economias avançadas. Nesse contexto, em que o epicentro da crise estava nos países centrais, reconheceu-se a importância de fortalecer o papel dos países periféricos, especialmente os grandes emergentes, na gestão da ordem financeira internacional.

Com isso, o G20 ganhou maior envergadura, tendo surgido a reunião de chefes de Estado e de governo e afirmando-se como o principal foro para a cooperação econômica internacional entre seus membros. A consagração do G20 como foro central de deliberação e concertação econômico-financeira significou importante transformação da governança financeira global, tendo sido aprovadas reformas relevantes como a ampliação do antigo Foro de Estabilidade Financeira (FSF), transformado em Conselho de Estabilidade Econômico-Financeira (FSB) com a inclusão de todos os países do G20.

Também na esteira da crise financeira, o G20 cumpriu importante papel ao acordar estímulos para reanimar a economia, além de afirmar o compromisso com a abertura da economia global e o combate ao protecionismo. Igualmente, em sua cúpula de Seul em 2010, aprovou-se importante revisão das cotas do FMI e do Banco Mundial, resultante em importante aumento da cota-parte de grandes países emergentes, comprometidos com a democratização dos foros decisórios multilaterais.

Vale notar, outrossim, que ao longo da década passada, o grupo passou a extrapolar sua moldura essencialmente econômico-financeira,

transformando-se gradativamente em foro de debate para temas mais amplos da política internacional. De fato, para além da temática puramente econômica, foram incorporados à agenda do agrupamento em anos recentes temas tão variados como: empoderamento feminino, migrações, energia, meio-ambiente, saúde global e mudanças climáticas.

No período entre 2010 e 2014, por exemplo, houve a inclusão específica de temas como desenvolvimento internacional, investimento em infraestrutura e meio ambiente, com referência direta a questões como segurança alimentar, crescimento verde, mudanças climáticas e corrupção em declarações de cúpula e resoluções conjuntas. Na fase seguinte, de 2015 a 2020, temas sensíveis como igualdade de gênero, migração e terrorismo foram acrescentados às resoluções. Já em anos mais recentes, especialmente por conta dos impactos da pandemia, a saúde global ganhou maior espaço, juntamente com a economia digital, a transformação tecnológica e o futuro do emprego, entre outros. (RAMOS; GARCIA, 2024)

## A Trilha de Sherpas

**E**m paralelo à ampliação da agenda para além das questões financeiras, a estrutura do G20 acabou dividida em duas trilhas: a Trilha dos Sherpas (comandada por emissários pessoais dos líderes do G20) e a Trilha de Finanças (composta pelos ministros das Finanças e presidentes dos bancos centrais), cada uma organizada em diferentes grupos de trabalho.

Dentro dessa estrutura, a Trilha de Sherpas desempenha um papel vital na formação da agenda, facilitando negociações e garantindo a execução tranquila da cúpula dos líderes.

O termo é em homenagem aos guias tradicionais para expedições no Himalaia, e aponta para os altos funcionários ou diplomatas de países membros, que visam a facilitar a construção de consensos, compartilhando informações e negociando resultados sobre vários desafios globais, incluindo estabilidade econômica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

Os sherpas se envolvem em discussões bilaterais e multilaterais, elaborando comunicados e identificando áreas-chave de consenso entre os estados-membros. A eficiência e alcance dessa trilha e das discussões preparatórias que precedem as reuniões formais de chefes de Estado e governo, geralmente determinam o sucesso da própria cúpula.

De fato, uma das principais responsabilidades dos sherpas é definir a agenda para as cúpulas do G20. Isso envolve identificar áreas prioritárias, negociar focos temáticos e garantir que as perspectivas de todos os Estados-membros sejam consideradas. Os sherpas atuam em consultas extensivas com as partes interessadas nacionais e organizações internacionais para elaborar uma agenda equilibrada e relevante.

Os sherpas conduzem várias reuniões ao longo do ano, geralmente envolvendo grupos de trabalho que se aprofundam em questões específicas. O processo de negociação é intrincado, exigindo uma compreensão dos diversos contextos políticos e interesses econômicos dos membros. Vale reconhecer que os sherpas precisam equilibrar as prioridades nacionais com objetivos coletivos, geralmente levando a discussões complexas e compromissos estratégicos.

A comunicação eficaz é essencial na Trilha de Sherpas. Cabe a eles atuar como elo não apenas entre seus governos, mas também entre várias entidades internacionais, promovendo a colaboração com partes interessadas relevantes, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e agências da ONU. Essa coordenação é vital para harmonizar os esforços no enfrentamento dos desafios globais, como a redução da pobreza e a ação climática.

Embora a Trilha de Sherpa seja essencial para o funcionamento do G20, não fica livre de desafios que podem prejudicar sua eficácia. Um dos desafios mais significativos é a divergência de interesses entre os Estados-membros. Cada membro tem condições econômicas, prioridades políticas e contextos sociais únicos, o que pode complicar as negociações e a construção de consenso. Os sherpas acabam por navegar por essas diferenças, muitas vezes levando a discussões prolongadas.

Ademais, o cenário global em rápida mudança – marcado por crises como a pandemia da COVID-19, tensões geopolíticas e mudanças climáticas – exige que os sherpas se adaptem rapidamente e abordem questões emergentes. Esse ambiente mutável pode diluir o foco em agendas estabelecidas e levar a mudanças de última hora nas prioridades

É fundamental reconhecer, ainda, que o G20 opera dentro de uma estrutura relativamente informal, o que pode facilitar a flexibilidade e complicar a responsabilização. Os sherpas geralmente não têm autoridade formal para comprometer seus governos com acordos específicos, o que pode levar à incerteza na implementação de compromissos assumidos durante as reuniões.

A Trilha dos Sherpas tem igualmente implicações significativas para a governança global. De fato, por meio de seu trabalho, os sherpas reforçam os princípios do multilateralismo e da ação coletiva. Ao promover o diálogo e a negociação, eles contribuem para uma ordem internacional baseada em regras que é essencial para abordar questões transnacionais.

Pela primeira vez desde que foi constituído, o G20 tem uma sequência de países do Sul Global à frente da definição da agenda e das ênfases do agrupamento em presidências sucessivas: Indonésia (2022), Índia (2023), Brasil (2024) e África do Sul (2025). Trata-se de boa oportunidade para aproveitar melhor as potencialidades do grupo em favor de causas urgentes como a reforma das instituições de governança global, a luta contra a desigualdade, a fome e a pobreza e, naturalmente, o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

## A presidência brasileira

**O** Brasil tem sido um membro ativo do G20 desde sua criação em 1999. Inicialmente focado na estabilidade econômica, o G20 evoluiu para abordar uma ampla gama de questões globais e o envolvimento brasileiro tem sido marcado por ativa defesa dos países do sul global,

ênfatizando oportunidades para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Assim, sua presidência apresenta uma oportunidade para redefinir parcerias e prioridades globais.

A presidência brasileira no G20 contempla três prioridades: a inclusão social e a luta contra a desigualdade, a fome e a pobreza; o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e a defesa da reforma das instituições de governança global, que reflita a geopolítica do presente. Tudo isso fica sintetizado no lema que pauta a presidência do país em 2024 ‘Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável’. Ademais, por proposta própria, a presidência brasileira do G20 conta com duas forças-tarefas e uma iniciativa: a Força Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Força Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima e a Iniciativa para Bioeconomia.

A diplomacia brasileira entende que a arquitetura financeira global mudou pouco e as bases de uma nova governança econômica precisam ser efetivamente lançadas. O tema da democratização dos foros multilaterais é tradicional na agenda de política externa brasileira, mas atualmente parece ainda mais urgente, sobretudo em um cenário internacional muito mais complexo do que nos anos 2000, marcado por antagonismos crescentes e disputas mais agudas. De fato, a busca por uma governança global mais eficaz e representativa, em face de um mundo mais multipolar e crescentemente pós-ocidental, passa pela abertura dos foros decisórios multilaterais a uma mais ampla participação dos países do sul global, e isso é algo que pode e deve ser impulsionado a partir de foros influentes como o G20.

Vale ressaltar que a aposta pelo multilateralismo faz parte da identidade internacional do país, que enxerga na coordenação ampla e representativa dos Estados a melhor forma de lidar com temas de interesse transnacional como a paz, o meio ambiente, o desenvolvimento ou os direitos humanos, entre outros. A representatividade associada aos espaços multilaterais acaba por conferir maior legitimidade às deci-

sões e iniciativas lançadas. A Organização das Nações Unidas, composta atualmente por 193 membros, desponta naturalmente como o foro mais representativo, e conseqüentemente mais legítimo, para administrar questões sensíveis que perpassam as fronteiras nacionais. A pluralidade de ideias e o caráter inclusivo dos debates, pelo menos em tese, são variáveis que conferem natureza especial ao multilateralismo.

É sabido, contudo, que, por vezes, os próprios hegemonos se valem de organizações internacionais, bem como de tratados e normas internacionais, para consolidar sua ascensão e controle sobre o sistema internacional. É a lógica de “constitucionalização» da ordem internacional identificada por John Ikenberry. Assim, seria ingênuo entender que o multilateralismo é necessariamente benéfico, pois ele também pode estar a serviço do projeto hegemônico de grandes potências.

Daí que seja absolutamente imprescindível buscar uma efetiva democratização dos espaços multilaterais, algo tradicionalmente pleiteado e defendido pelo Brasil. De fato, a diplomacia brasileira defende um “multilateralismo de reciprocidade”, pelo qual atores do sul global conseguiriam influenciar mais efetivamente o processo de tomada de decisões, atuando mais diretamente na definição das distintas agendas da política internacional.

Ademais, para o país, a redução das desigualdades deve estar no centro da agenda internacional, com foco amplo nas suas variadas manifestações: desigualdade de renda, de acesso à saúde, educação e alimentação, de gênero e raça e de representação. Assim, em consonância com as prioridades da política externa brasileira contemporânea, haverá grande empenho em favor da inclusão social e do combate à fome e à pobreza, bem como na promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e no estímulo às transições energéticas. A presidência brasileira pretende moldar, outrossim, um G20 inclusivo, com ativa participação da sociedade civil e inclusive a realização de um G20 Social, ancorado na construção de consensos e voltado para a obtenção de resultados concretos e soluções que beneficiem todos os povos.

Durante a cúpula de Nova Délhi em 2023, os líderes assumiram o compromisso em afirmar o G20 como o principal fórum para a cooperação econômica global, atuando sempre com base no consenso em que todos os membros participam em condição de igualdade. Dentre os temas mobilizados na cúpula, tiveram destaque um entendimento acerca do trabalho digno e políticas de proteção social, com referência específica à necessidade de apoiar os trabalhadores migrantes e os refugiados para garantir o pleno respeito pelos direitos humanos e pelas suas liberdades fundamentais, independentemente do seu estatuto migratório.

Em absoluta consonância com as prioridades da diplomacia brasileira, a declaração final de Nova Délhi aponta para a urgência em se encontrarem modelos de desenvolvimento que promovam transições sustentáveis, inclusivas e justas a nível mundial. Houve, ademais, o consenso de que as emissões globais de gases com efeito de estufa continuam a aumentar, com alterações climáticas, perda de biodiversidade, poluição, seca, degradação dos solos e desertificação, ameaçando vidas e meios de subsistência, especialmente mulheres e crianças e outros grupos vulneráveis.

Dentre os desafios mais notáveis identificados pela presidência indiana do G20 em 2023 figuraram o alto endividamento de economias emergentes, a fragmentação geopolítica global e a guerra na Ucrânia, também enfrentados pelo Brasil em sua gestão como presidente do grupo. O cenário de incerteza mantém-se na política internacional, trazendo riscos evidentes para um mundo mais perigoso e fraturado, que segue dividido e marcado por um clima de hostilidade entre China e Estados Unidos. Tudo isso impacta diretamente um agrupamento plural composto pelas 19 maiores economias mundiais e mais a União Europeia, e agora também a União Africana, com visões de mundo muito diversas e ênfases e prioridades que comumente entram em choque.

Em sua liderança o Brasil está sendo testado em sua capacidade de articulador de consensos (ABDENUR, 1994), justamente porque o G20 inclui Estados-membros com interesses e prioridades variados. O país vem buscando para tanto soluções inovadoras que superem essas dife-

renças, mantendo uma agenda coesa. Tem sido marcante o esforço do país para envolver a sociedade civil, o que representa importante aumento de legitimidade das discussões. Na perspectiva brasileira, é imperativo buscar uma lógica multissetorial, com a inclusão de atores sociais, empresas e entes subnacionais. Não resta dúvida de que o Brasil pode se beneficiar do envolvimento de organizações não governamentais, partes interessadas do setor privado e academia para avançar as agendas da Trilha de Sherpas.

É de destacar ter ocorrido em julho de 2024 no Rio de Janeiro uma sessão conjunta dos Sherpas com representantes dos grupos de engajamento do G20, que puderam transmitir suas prioridades aos altos representantes governamentais. Tal novidade é parte do G20 Social, iniciativa brasileira que se propõe a elevar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20, culminando na Cúpula Social do G20 que ocorrerá em novembro.

A presidência do Brasil no G20 fornece uma plataforma para abordar questões globais urgentes por meio da gestão eficaz da “Sherpa Track”. Ao se concentrar na democratização dos foros multilaterais, nas mudanças climáticas e na equidade social, o Brasil pode alavancar sua posição única para defender uma ordem global mais justa e sustentável. À medida que os desafios se avolumam, o sucesso do G20 sob a liderança do país dependerá de sua capacidade de promover a cooperação, impulsionar um diálogo significativo e implementar políticas impactantes.

## **O Brasil e a busca por uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**

**O** Brasil vem buscando através de sua política externa contribuir para uma ordem internacional mais justa e inclusiva, atenta às demandas dos países do sul-global. Considerando um cenário internacional que tende crescentemente para a multipolaridade, cumpre promover os ajustes necessários que viabilizem a construção de mecanismos de governança global mais representativos.

Nesse sentido, os esforços da diplomacia brasileira em favor de um multilateralismo de reciprocidade têm sido emblemáticos, em paralelo à disposição e capacidade do país em assumir crescentes responsabilidades nos foros internacionais, conforme verificado ao longo das duas últimas décadas. A agenda do desenvolvimento, por exemplo, tem no Brasil um ativo contribuinte, engajado desde os anos 1990 no lançamento de diversas iniciativas no seio da ONU como a Agenda para o Desenvolvimento (1995), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015).

Com o fim da Guerra Fria e do mundo bipolar, abriu-se espaço efetivamente para novos atores e para a difusão de poder, assim como se tornou possível almejar um multilateralismo de reciprocidade, enfatizado pelas potências médias, que buscam uma maneira de influenciar assuntos de importância global. Considerado mais legítimo e eficaz, por revelar maior horizontalidade nas decisões e por reduzir os custos de transação (HIRST; LIMA, 2009), esse multilateralismo também abriu novas possibilidades para se ampliar e democratizar a cooperação para o desenvolvimento. Aliás, a ascensão de novos atores com agência na cena internacional, especialmente do chamado sul global, como Brasil, Índia, Indonésia, África do Sul, China, entre outros, foi possível devido não só à disposição de arcar com os custos para a construção de uma nova ordem, como também pela reunião de capacidades materiais suficientes para assumirem maiores responsabilidades (IKENBERRY, 2000). Transformações sistêmicas e domésticas foram necessárias para permitir essa participação mais ativa das potências médias e mudaram o entendimento desses países acerca de seu posicionamento, já que a busca por uma governança global mais representativa e de uma ordem mais justa e inclusiva deixou de ser feita somente a partir de demandas aos países centrais, e hoje conta com a oferta de ajuda e soluções das próprias potências médias.

A ideia de desenvolvimento adotada no Brasil passou a enfatizar os indivíduos e a elevação do seu bem-estar e nível de renda. As políticas redistributivas e de inclusão social promovidas a partir do anos 2000

buscaram atacar problemas crônicos como a pobreza extrema e a fome, aumentando sobremaneira o percentual de brasileiros incluídos na chamada classe média. De fato, a adoção de programas como o Fome Zero e o Bolsa Família, além do aumento real do salário mínimo, produziram resultados palpáveis. Segundo Bosch e Gaitán (2008), só entre 2003 e 2007 houve uma redução da pobreza em quase 20 %, tendo a renda dos mais pobres crescido naquele período a cerca de 4,5 % ao ano. Coerente com a orientação doméstica assumida pelos governos progressistas no poder, o Brasil passou a ampliar também o seu engajamento em ações internacionais voltadas para um desenvolvimento inclusivo.

A política externa brasileira contemporânea caracteriza-se, de fato, por uma retomada da ênfase ao desenvolvimento, promovendo iniciativas marcantes na cena internacional, especialmente em temas como o combate à fome e à miséria. Nos anos 2000 teve destaque, por exemplo, a criação, em 2004, do “Fundo Fiduciário IBAS<sup>1</sup> para o Alívio da Pobreza e da Fome”, ao abrigo do PNUD, com o intuito de financiar e reproduzir projetos sociais bem-sucedidos em países de menor desenvolvimento relativo. Também em 2004, o Brasil participou, juntamente com países como França, Espanha e Chile, do lançamento na ONU da Ação Global Contra a Fome e a Pobreza, que resultaria em ações concretas, como no estabelecimento em 2006 da Central Internacional para a Compra de Medicamentos (Unitaid), esforço multilateral no enfrentamento das três doenças que mais afetam os países em desenvolvimento e prejudicam seus esforços para superação da fome e da pobreza: AIDS, malária e tuberculose.

O ativismo brasileiro no tema pode ser medido não só na participação do país em esforços onusianos diversos, como a Ação Global contra a Fome e a Pobreza (2004), mas também a partir da contribuição marcante na promoção e consolidação de conceitos e abordagens mais afeitas às necessidades dos países em desenvolvimento. Nesse âmbito, tem destaque a ideia de segurança alimentar e nutricional e a replicação

---

1 Iniciativa criada a partir do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

no exterior de experiências bem-sucedidas no país, como no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), adotado pela FAO como modelo para países diversos da África e América Latina – Caribe.

É dentro dessa ampla tradição que foi criada a Força-tarefa para Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa proposta pela presidência brasileira do G20 e que atua na Trilha de Sherpas, almejando o estabelecimento de uma Aliança Global para levantar recursos e compartilhar conhecimentos com vistas à implementação de políticas públicas e tecnologias sociais comprovadamente eficazes para a redução da fome e da pobreza no mundo. Trata-se de esforço não apenas para assegurar a disponibilidade de fundos financeiros e alimentos, mas também incluir e fortalecer programas sociais que garantem acesso eficaz à alimentação, como os de transferência de renda e apoio à agricultura familiar.

Em busca de maior alcance e representatividade, a adesão à Aliança Global está aberta a todos os países interessados e não apenas aos membros do G20. A expectativa é de que seu lançamento coincida com a Cúpula do grupo prevista para novembro no Rio de Janeiro, tendo sido os documentos base de sua criação aprovados por aclamação pelos representantes mundiais da Força-Tarefa do G20 em julho de 2024.

Conforme o presidente Lula, a Aliança visa a impulsionar e fortalecer iniciativas já existentes de combate à fome e à pobreza nos âmbitos nacionais e internacional.

Em pleno século 21, nada é tão absurdo e inaceitável quanto a persistência da fome e da pobreza, quando temos à disposição tanta abundância, tantos recursos científicos e tecnológicos e a revolução da inteligência artificial. Esta é uma constatação que pesa em nossas consciências. Nenhum tema é mais atual e mais desafiador para a humanidade. Não podemos naturalizar tais disparidades.<sup>2</sup>

---

2 Discurso do presidente Lula no pré-lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, em 24 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planal->

## O Brasil em defesa de uma Mobilização Global contra a Mudança do Clima

Outra Força-Tarefa estabelecida pelo Brasil na trilha de Sherpas diz respeito às mudanças climáticas. O propósito é consolidar os resultados dos demais grupos de trabalho, coordenando as respostas das Trilhas de Sherpas e de Finanças do G20 ao desafio da mudança do clima. Na percepção da diplomacia brasileira é fundamental enfatizar o compromisso dos países-membros em restaurar a confiança na capacidade internacional de responder à emergência climática.

O esforço é compatível com a preocupação brasileira em ampliar-se o acesso aos recursos para a transição energética e o enfrentamento das mudanças climáticas, buscando estratégias para destravar fundos existentes e encontrar formas alternativas e complementares de financiamento.

O Brasil vem aproveitando a presidência rotativa do G20 para priorizar iniciativas importantes em sua abordagem às mudanças climáticas, como o fortalecimento dos compromissos com o Acordo de Paris. De fato, na visão da diplomacia brasileira, as nações do G20 devem aumentar a ambição nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Igualmente, uma Mobilização Global contra Mudança do Clima deve ajudar na promoção de tecnologias verdes e inovação, interessando ao Brasil impulsionar discussões sobre a importância de ampliarem-se investimentos e financiamentos na área. O país defende igualmente o compartilhamento de boas práticas, a facilitação da transferência de tecnologia para nações em desenvolvimento e a promoção de parcerias público-privadas voltadas ao desenvolvimento de soluções sustentáveis.

---

[to/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discorso-do-presidente-lula-no-pre-lancamento-da-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza](https://pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discorso-do-presidente-lula-no-pre-lancamento-da-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza). Acesso em 29 de julho de 2024.

Em distintos foros internacionais, mas também no seio do G20 e de sua Trilha de Sherpas, o Brasil exige um apoio financeiro adequado para iniciativas climáticas que seja compatível, por exemplo, com os compromissos assumidos desde a COP 15 de Copenhague em 2009 e apontava para um fundo de US\$ 100 bilhões anuais. O país vem defendendo igualmente a mobilização ampliada de investimentos dos setores público e privado em projetos de adaptação e mitigação do clima.

Tem sido debatidas também questões relativas à agricultura sustentável e ao uso da terra. De fato, o Brasil defende no G20 práticas sustentáveis de gestão da terra e agroecologia. Nesse sentido, a COP 27 realizada no Egito em 2022 convergiu com os esforços brasileiros, tendo havido a primeira menção em um documento final de COP aos sistemas alimentares e à interconexão entre a produção de alimentos, biodiversidade, água e clima. Tratou-se de sinal positivo deixado pela conferência que reconheceu os impactos da atividade agropecuária sobre o desmatamento e o clima, mas não negligenciou a importância da produção de alimentos.

Também nesse tema o Brasil vem buscando promover um diálogo inclusivo com partes interessadas, incluindo comunidades indígenas, sociedade civil e o setor privado, algo essencial para promover estratégias climáticas legítimas e abrangentes.

## Considerações finais

A trilha dos Sherpas do G20 representa um componente fundamental da arquitetura de governança global, facilitando discussões e negociações críticas entre algumas das economias mais influentes do mundo. Embora enfrente desafios relacionados a interesses nacionais divergentes, crises globais em evolução e restrições institucionais, continua sendo um mecanismo vital para fomentar a cooperação internacional e abordar questões globais urgentes. À medida que o G20 continua a evoluir, o papel dos Sherpas será fundamental para moldar o futuro da governança econômica global e garantir uma abordagem colaborativa para os desafios que estão por vir.

Ao assumir a presidência do G20 em 2024, o Brasil se encontra em uma encruzilhada de oportunidades e responsabilidades em relação a temas sensíveis mobilizados na Trilha de Sherpas como o combate à pobreza e a ação climática global. Ao mobilizar os Estados-membros em torno de uma agenda coesa focada no fortalecimento de compromissos, promoção da inovação, aprimoramento do financiamento e defesa da sustentabilidade, o Brasil pode influenciar significativamente a resposta da comunidade internacional a desafios que comprometem o bem-estar e a realização da dignidade da pessoa humana. O sucesso desses esforços não dependerá apenas da liderança do Brasil, mas também de sua capacidade de promover a colaboração e o comprometimento entre as principais economias do mundo, bem como de atores não-estatais diversos em uma lógica genuinamente multistakeholder.

## Referências

- ABDENUR, Roberto. A política externa brasileira e o 'sentimento de exclusão'. In: FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (orgs.). **Temas de política externa brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1, 1994.
- BOSCHI, Renato y GAITAN, Flavio. Gobiernos Progresistas, Agenda Neodesarrollista y Capacidades Estatales: La Experiencia Reciente en Argentina, Brasil y Chile. In: LIMA, Maria Regina Soares de (org.), **Desempenho de governos progressistas no Cone Sul: Agendas alternativas ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro, Editora IUPERJ, 2008.
- HIRST, M. e LIMA, M.R.S. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew. **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- IKENBERRY, J. **After Victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton University Press. 2000.
- RAMOS, Leonardo; GARCIA, Ana. Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024. **CEBRI-Revista**. Ano 3, n. 9, p. 177-194, jan-mar, 2024.
- SILVA, Luis Inácio Lula da. **Discurso do presidente Lula no pré-lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, em 24 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-no-pre-lancamento-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>>. Acesso em 29 de julho de 2024.

MERKE, Federico; ZACCATO, Carolina. Introducción: el G20 en tiempos inciertos. **Pensamiento Propio**, n. 48, p. 15-30, jul-dez, 2018.

ORDÓÑEZ NÚÑEZ, Ivette. La dinámica al interior del G20. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 126, . pp. 167-185, mai-ago, 2023.

---

**Paulo Afonso Velasco Júnior** · Professor Associado de Política Internacional e docente no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-Uerj).